

Michelle Lins de Moraes

Relatório de conclusão de pós-doutoramento

Relatório apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para cumprimento do programa de pós-doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, sob a supervisão do Prof. Doutor João Casqueira.

Universidade Fernando Pessoa
Porto 2018

ÍNDICE

Resumo	03
1. Introdução	04
2. Convenções, acordos e protocolos intra CPLP.....	04
3. Fisco-Finança	05
4. Análise econômica.....	06
5. Considerações Finais	10
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA	12
APÊNDICES	13

A Significação Econômica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo avaliar determinados aspectos inerentes aos acordos, convenções e protocolos firmados entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, além do volume de recursos financeiros atribuídos à comunidade, enquanto tais fatores são considerados eixos materiais que refletem o nível de legitimidade dos processos de integração regional. Ademais, foram analisados alguns aspectos econômicos estruturais da CPLP, mais especificamente, o desenvolvimento de uma cooperação econômica baseada na valorização das potencialidades existentes e a flexibilização da mobilidade dos cidadãos dos Países Membros no espaço da comunidade.

Keywords: CPLP; Integração Econômica; Livre-circulação.

Abstract

The objective of this study was to evaluate some aspects inherent in the agreements, conventions and protocols signed by the members of the Community of Portuguese Language Countries CPLP, in addition to the amount of financial resources allocated to the community, while these factors are considered as material axes that reflect the level of legitimacy of the regional integration processes. Furthermore, some structural economic aspects of the CPLP were analyzed, more specifically, the development of economic cooperation based on the valorization of the existing potentialities and the flexibility of the citizens mobility of the member countries in the space of the community.

Keywords: CPLP; Economic Integration; Free circulation.

1. Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP foi fundada em 1996 e atualmente é composta por mais de 276 milhões de pessoas. Em 2015, a mencionada comunidade apresentou um PIB de cerca de 2 trilhões de dólares, segundo os dados do Banco Mundial. A distribuição geográfica desses dois aspectos entre os nove países que compõem a CPLP pode ser considerada bastante assimétrica, enquanto Brasil, Portugal, Angola e Moçambique, concentram cerca de 98% do PIB e da população total da região (Tabela 1).

Tabela 1: Participação na População, no PIB e o número médio de anos de educação recebidos por pessoas de 25 anos ou mais por Estado-membro da CPLP

País	Part. % Pop. CPLP (2015)*	Média anos de Instrução (2013)**	Δ anos de Instrução (2000-2013)**	Part. % PIB CPLP (2015)*	Δ Média Anual PIB (2000-2015)*
Angola	9%	4,7	7%	5%	8%
Brasil	75%	7,2	29%	84%	3%
Cabo Verde	0,2%	3,5	0%	0,1%	5%
Guiné-Bissau	0,7%	2,3	0%	0,1%	3%
Guiné Equat.	0,3%	5,4	0%	0,6%	13%
Moçambique	10%	3,2	78%	0,7%	7%
Portugal	4%	8,2	24%	9%	0,4%
S.Tomé Prínc.	0,1%	4,7	12%	0,02%	5%
Timor-Leste	0,5%	4,4	57%	0,1%	6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial* e das Nações Unidas**

A disparidade entre os Estados-membros também está presente em aspectos inerentes às suas estruturas socioeconômicas, como, por exemplo, o nível de instrução da população: em 2013, enquanto Portugal e Brasil apresentaram um número médio de anos de instrução dos adultos de, respectivamente, 8,2 e 7,2, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, a mencionada média não ultrapassou os 3,5 anos. Além disso, ao contrário do que aconteceu nos outros países da comunidade, Cabo Verde e Guiné-Bissau não apresentaram melhorias em termos de número médio de anos de educação recebidos por adultos no período 2000-2013.

A propósito da variação média anual da produção de riqueza (PIB) apresentada pelos Países Membros da CPLP, ressalta-se que todos eles, exceto Portugal, apresentaram uma taxa de crescimento superior a 2,9% entre os anos 2000 e 2015. O país que apresentou o maior incremento nesse sentido foi a Guiné Equatorial (13%); não essa objeto de uma série de críticas direcionadas à comunidade lusófona, devido, principalmente, às questões políticas internas do mencionado país.

Ainda sobre a estrutura socioeconômica das nações que compõem a CPLP, segundo os dados da Organização Mundial do Comércio OMC, apenas Portugal não apresentaria um portfólio de exportação formado, predominantemente, por produtos primários. No caso das importações, a predominância seria dos produtos manufaturados.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos inerentes aos acordos, convenções e protocolos firmados entre os membros da CPLP, além do volume de recursos financeiros atribuídos à comunidade, enquanto tais fatores são considerados eixos materiais que refletem o nível de legitimidade dos processos de integração regional. (Farias, 2001)

Ademais, foram analisados alguns aspectos econômicos estruturais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mais especificamente, o desenvolvimento de uma cooperação econômica baseada na valorização das potencialidades existentes e a flexibilização da mobilidade dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP.

2. Convenções, acordos e protocolos intra CPLP

Considerando que “*para apreender uma mutação estatal total ou parcial, é preciso considerar sua gênese e seu desenvolvimento real num contexto nada estático e uniforme*” (Farias, 2001, p. 31), destaca-se que a gênese da CPLP ocorreu em um momento no qual se intensificava a adoção do modelo de desenvolvimento baseado nas indicações do Consenso de Washington. Assim, a criação e consolidação de áreas de livre-comércio era influenciada e influenciava o processo de aprofundamento da globalização dos mercados.

Todavia, tendo em vista que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não era o único meio de inserção de seus membros nesse novo contexto internacional, acordou-se que *“as modalidades de cooperação [intra CPLP] em caso algum se sobreporão aos mecanismos bilaterais ou multilaterais utilizados pelos signatários deste acordo.* (CPLP, 1999, p. 2)

Entre os principais objetivos da mencionada comunidade, segundo a sua declaração constitutiva, estão: desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; promover a coordenação das atividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países; promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP (CPLP, 1996).

A propósito do desenvolvimento da cooperação económica e empresarial, uma convenção de 2004 instituiu o “Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial”, atualmente denominado “Confederação Empresarial”, o qual teria como finalidade: *“estimular a capacidade empreendedora nos Estados-membros; constituir-se em pólo de desenvolvimento de técnicas e conhecimentos em gestão empresarial e formação profissional; realizar estudos e pesquisas socioeconômicas; fortalecer a capacidade institucional dos Estados-membros da CPLP para planejar e implementar programas e projetos de desenvolvimento empresarial”.* (CPLP, 2004, p.4-5) Uma das principais fontes de financiamento dessas ações é o Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o qual será abordado nas próximas páginas.

Quanto às ações relacionadas com a coordenação de atividades das diversas instituições públicas e entidades privadas empenhadas no desenvolvimento da cooperação económica entre os Países da CPLP, um exemplo nesse sentido é a convenção de cooperação técnica entre as administrações aduaneiras dos países da comunidade, segundo a qual a mencionada cooperação se concretizaria através da organização de cursos de formação, elaboração de estudos e pareceres, envio de técnicos aduaneiros como consultores e intercâmbio de publicações/ informações de carácter aduaneiro (CPLP, 1986). No entanto, o grupo de trabalho responsável pela temática concluiu que essa cooperação vem ocorrendo *“de forma bastante discreta e sempre com carácter bilateral”.* (CPLP, 2014, p.94)

No que tange a promoção de medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP, durante o período 2002-2007, foram assinados alguns acordos, entre os quais, aqueles inerentes a: os requisitos para a concessão de visto para estudantes nacionais de Estados-membros da CPLP; a isenção de taxas e emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP; o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento de cidadãos da CPLP. Sobre essas ações, constatou-se que *“serão necessários passos adicionais para que sejam encontradas formas de tornar mais desimpedida a circulação [de pessoas] no espaço da CPLP.”* (CPLP, 2014, p.126)

Além dos inúmeros questionamentos inerentes à relevância das medidas tomadas para uma efetiva mobilidade dos cidadãos no espaço da CPLP, um outro obstáculo à mencionada mobilidade é que *“a existência de acordos não impediu que continuem a registrar-se problemas ao nível da sua incorporação na legislação nacional dos Estados-membros (...) Em regra geral, os Estados optam muitas vezes pela via bilateral para a resolução de diferendos e tensões, na base do princípio da reciprocidade.”* (CPLP, 2014, p.125)

Um outro agravante neste contexto é o fato dos Estados-membros da CPLP também participarem de outras iniciativas regionais de livre-comércio e de circulação de pessoas, as quais reduzem, através de diferentes níveis, o grau de autonomia dos países lusófonos nas tratativas relacionadas com a CPLP.

3. Fisco-Finança

Segundo Farias (2001), os recursos financeiros atribuídos ao Estado, inclusive aqueles supranacionais, assumem uma grande relevância para a sua legitimidade, além de constituírem um reflexo da legitimidade histórica alcançada pelo mesmo ao longo do tempo; *“a permanência do Estado como forma particular e relativamente autónoma diante das classes sociais e, portanto, de sua existência para si depende da geração de fundos que lhe permitam representar seu papel simultaneamente material e social, espacial e histórico”* (FARIAS, 2001, p. 35). De consequência, considera-se importante destacar alguns aspectos relacionados aos recursos financeiros disponibilizados para a condução do processo de integração dos países da CPLP.

Embora o volume total anual de contribuições dos Estados-membros à CPLP (Secretariado Executivo + Instituto Internacional da Língua Portuguesa IILP) tenha triplicado no período 2004-2016, chegando a 3 milhões de euros em 2016, em relação ao PIB gerado pelos países da CPLP a mencionada contribuição é muito inferior àquelas presentes em outras comunidades: em 2015, enquanto apenas uma das fontes de

receita da União Europeia arrecadou cerca de 0,7% do PIB da região, no caso da CPLP, o volume total de contribuições foi inferior a 0,0005%. A predominância de áreas subdesenvolvidas ao interno da CPLP pode ser considerada uma das principais causas desse resultado.

Além disso, apenas 25% das contribuições anuais dos Estados-membros à CPLP durante o período 2006-2012 foram classificadas como “obrigatórias”, portanto, a maior parte das contribuições ocorreu de forma voluntária, confirmando a fragilidade do processo de institucionalização da comunidade.

Em 2016, os países que apresentaram as maiores participações no montante total de contribuições à comunidade (Secretariado Executivo + IILP) foram Brasil, Portugal, Angola e Moçambique com, respectivamente, 28%, 22%, 21% e 9%.

Com a finalidade de subsidiar projetos que promovem os objetivos da CPLP, foi criado o Fundo Especial FE, o qual é financiado por contribuições voluntárias. “*A propósito do Fundo Especial, o agregado global de execução do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) durante o período 2000 e 2016 foi de 13,6 milhões de Euros (...)*” (CPLP, 2016, p.1), ou seja, uma média de cerca de 800 mil euros por ano apenas. Sobre o perfil dos projetos aprovados, “*a maior parte das atividades constantes no PIC possuem um caráter estruturante e procuram acelerar níveis de competência, promovendo a capacitação institucional e a formação*” (CPLP, 2016, p.1)

Quanto a participação dos Estados-membros nos recursos destinados ao Fundo Especial, durante os anos 2000 e 2011, esse foi prevalentemente financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento IPAD e pela Agência Brasileira de Cooperação ABC. Por outro lado, os principais beneficiários diretos das ações financiadas pelo FE foram os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP e o Timor-Leste.

Em relação ao perfil dos investimentos públicos brasileiros em âmbito internacional, tem-se que “*os cinco países lusófonos na África são os principais receptores de recursos destinados à cooperação técnica (...)* Moçambique é o principal beneficiário de projetos de cooperação na África” (Cabral, 2011, p.4).

O interesse brasileiro pelo continente africano não é apenas comercial, enquanto alianças estratégicas com países do Sul reforçam o poder de barganha do Brasil no cenário internacional. Tal interesse está alinhado um dos principais objetivos da CPLP que, segundo a declaração que a constituiu, é “*alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional*”. (CPLP, 1996, p.2)

Além das nações africanas, os principais países abarcados pela tentativa brasileira de uma maior coordenação política internacional de tipo Sul-Sul são: Índia, China e Rússia. (Vigevani & Cepaluni, 2007)

No caso dos investimentos portugueses realizados através do IPAD, o aspecto político também se manifesta através da assunção de diretrizes de organizações internacionais no âmbito de seu perfil de cooperação na CPLP: as principais áreas de intervenção do instituto português estão relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM estabelecidos pela Organização das Nações Unidas ONU. Portanto, os investimentos portugueses realizados através do IPAD são influenciados e influenciam o processo de consolidação da atuação das organizações internacionais, neste caso a ONU, em um momento de expansão da globalização dos mercados.

4. Análise econômica

4.1 A valorização das potencialidades existentes

Como mencionado anteriormente, entre os principais objetivos da CPLP, segundo a sua declaração constitutiva, está o desenvolvimento da cooperação econômica e empresarial entre si e a valorização das potencialidades existentes. (CPLP, 1996) Todavia, tratando-se de países subdesenvolvidos a atenção direcionada a estratégias que “valorizam as potencialidades existentes” deve ser intensificada, enquanto podem resultar contraproducentes em termos de modificações estruturais necessárias para um efetivo desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

Isso porque territórios com um portfólio de exportação formado, predominantemente, por produtos primários apresentam significativos desafios em termos estruturais, entre os quais: a menor capacidade do setor primário na execução do papel de *spillover* dentro das cadeias produtivas nacionais e a elevada volatilidade dos preços dos produtos primários.

A importância da produção de produtos manufaturados para o processo de desenvolvimento econômico tem como um de seus alicerces a concepção de sua superioridade na modernização do tecido produtivo

local e criação de novas empresas (papel de *spillover*), através de seus efeitos de ligação para trás e para frente (Hirschman, 1958).

Em relação à volatilidade dos preços dos produtos primários, essa se mostrou superior àquela dos bens manufaturados ao longo dos anos (Williamson, 2011). A elevada volatilidade dos preços dos produtos primários é um fator crucial para o desenvolvimento dos países especializados nesse tipo de produção, enquanto, entre outras coisas, causa significativas variações nas receitas fiscais, que por sua vez causam a redução da estabilidade das despesas públicas, além de seus efeitos negativos sobre o nível de investimentos de longo prazo. (Carneiro, 2012)

De acordo com os dados da OMC sobre a atual composição do portfólio de exportação dos Estados-membro da CPLP, destaca-se que, no caso da Angola, 97% dos produtos exportados por este país em 2012 pertenciam à categoria “combustível e mineração”. Assim, por conta da predominância do petróleo no portfólio desse país, “*o desempenho das exportações angolanas é determinado pelos níveis das cotações internacionais de petróleo*”. (MRE, 2014, p.15)

Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro MRE, enquanto o principal destino das exportações da Angola foi a China (45,3%) em 2011, a principal origem das importações foi Portugal (16,8%). No caso do intercâmbio comercial com o Brasil, “*os itens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para mercado angolano em 2012, com participação de 65,9%*”. (MRE, 2014a, p.21) Ainda segundo MRE, os principais grupos de produtos brasileiros importados pela Angola em 2010 contemplavam equipamentos para o setor petrolífero.

No caso do perfil exportador de Moçambique, segundo os dados da OMC, pode-se notar que no final dos anos 90 a predominância no portfólio de exportação passa dos produtos agrícolas para aqueles da categoria “combustível e mineração”; em 2015, a participação dessa última categoria de produtos nas exportações totais do país foi de cerca de 52%.

Segundo o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau IPIM (2014), pesquisas recentes revelaram que as reservas moçambiquenhas de gás natural localizadas em águas profundas são superiores àquelas angolanas e nigerianas, atualmente os maiores produtores de hidrocarbonetos do continente africano.

De acordo com os dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal AICEP sobre a quota do país europeu no comércio internacional de bens de Moçambique, em 2015, Portugal ocupou a quarta posição entre os seus fornecedores internacionais, com uma participação de 5,8%. Sobre o perfil do comércio de bens entre Portugal e Moçambique por graus de intensidade tecnológica, esse é caracterizado pela venda de produtos portugueses de intensidade média-alta (76,6%) e pela venda de produtos moçambiquenhas de intensidade baixa (98,7%).

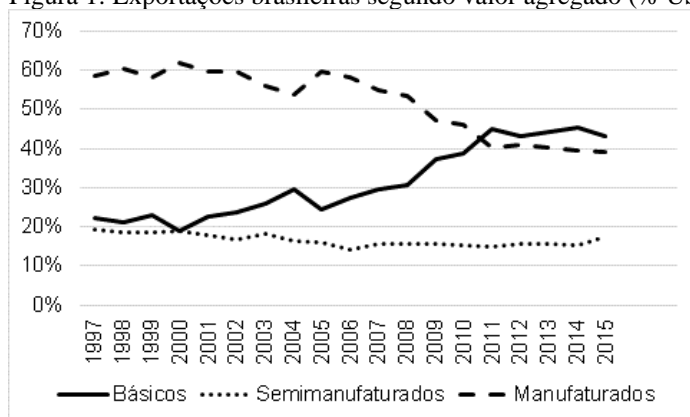
No caso do intercâmbio comercial entre Moçambique e Brasil, segundo os dados do MRE, esse quadruplicou no período 2008-2012; cerca de 80% de tal incremento foi provocado pela elevação das exportações brasileiras. Quanto ao perfil dessas transações, em 2012, a participação dos bens manufaturados no total das exportações do Brasil para Moçambique foi de 65,7%, enquanto a participação dos produtos básicos nas exportações moçambiquenhas foi de 97,4%. (MRE, 2014)

A intensificação das relações comerciais entre o Brasil e a África também são verificáveis através do fato que “*os investimentos de empresas privadas brasileiras em países africanos têm igualmente crescido, particularmente nas áreas de construção, petróleo e mineração. Empresas como a Odebrecht, a Petrobras, a Vale, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa têm uma presença cada vez mais forte no continente. A título de exemplo, em 2010, 19% da receita anual da construtora Andrade Gutierrez teve proveniência na África, superando a receita proveniente de outras regiões onde a empresa opera fora do Brasil, como a América Latina e Europa.*” (Cabral, 2011, p.20)

A propósito de Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, segundo os dados da OMC, tais países apresentaram em 2015 uma participação da agricultura em suas pautas de exportação, respectivamente, de 42%, 91% e 57%.

Em relação ao portfólio brasileiro de exportações, os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços MDIC (Figura 1) revelam que a partir dos anos 2000 se iniciou uma acentuada redução da participação dos bens manufaturados (elevado valor adicionado) em detrimento dos produtos denominados de base (baixo valor adicionado). Esse é um dos principais argumentos daqueles que defendem a existência de um processo de reprimarização da pauta de exportação brasileira.

Figura 1: Exportações brasileiras segundo valor agregado (% US\$ FOB, 1997-2015)



Fonte: MDIC

De acordo com Cano (2012), entre as principais razões para a redução da participação da indústria no portfólio de exportações e no PIB brasileiro, estão: as altas taxas de juros do país; a perda de competitividade dos produtos industriais brasileiros; reposicionamento da China no mercado internacional.

Esse último aspecto, o reposicionamento da China no mercado internacional tem impacto direto sobre a estrutura de produção das nações sul-americanas, através de, entre outras coisas, o fortalecimento dos atores relacionados com as exportações de produtos primários e o enfraquecimento daqueles que operam na indústria local (Cano, 2010). Segundo os dados da OMC, a China é o principal destino das exportações brasileiras: em 2015, a participação chinesa nas exportações brasileiras foi de 18,6%.

Neste contexto, os países africanos emergem como um nicho de possibilidades para o frágil tecido industrial brasileiro, o qual ao final dos anos 70 representava o oitavo maior parque industrial do mundo. (Cano e Gonçalves, 2010)

Dito isso, considera-se adequado enfatizar a importância de políticas públicas nos países subdesenvolvidos no sentido de otimizar a utilização dos recursos económicos gerados pelo sector agrícola através da destinação de parte do seu excedente para a modernização dos outros setores que compõem as suas estruturas produtivas (Furtado, 2000). Todavia, são notórias as dificuldades para a implementação de tais políticas dada, entre outras coisas, a redução do nível de autonomia dos Estados nacionais em uma era na qual predomina o aprofundamento do liberalismo económico.

No que se refere às transações comerciais entre Brasil e Portugal, destaca-se alguns aspectos extraídos dos dados da AICEP: balança comercial deficitária para o Brasil, durante o período 2011-2015; entre os principais “compradores” e “fornecedores” do país sul-americano, Portugal ocupava, respectivamente, a 40ª e a 38ª posição em 2015; entre os principais “compradores” e “fornecedores” de Portugal, o Brasil ocupava, respectivamente, a 12ª e a 11ª posição no mesmo ano; a participação dos produtos agrícolas nas exportações totais portuguesas e brasileiras foi, respectivamente, de 44% e 33% em 2015. Esses e outros números da AICEP confirmam a relevância dos produtos de baixa intensidade tecnológica nas transações comerciais entre Brasil e Portugal.

A respeito das transações comerciais entre Portugal e o resto do mundo, segundo os dados do Ministério da Economia do país referentes ao nível de intensidade tecnológica dos produtos comercializados por Portugal durante o período 2000-2014, a nação apresentou um perfil importador no qual prevaleceram produtos contemplados nas categorias alta e média-alta, enquanto para o seu perfil exportador predominaram os produtos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica.

Os principais destinos dos produtos portugueses na União Europeia no primeiro semestre de 2016, foram: Espanha (23,7%), Alemanha (12%), França (12%) e Reino Unido (6%). No caso das nações que não pertencem à UE, as maiores participações foram de Angola (6,2%), EUA (4,3%), China (1,7%), Marrocos (1,3%) e Argélia (1,3%). A propósito das importações portuguesas no mesmo período, novamente os principais parceiros comerciais são países da União Europeia.

Dentre as “vantagens competitivas” da economia portuguesa, a AICEP ressalta que “Portugal é uma porta aberta para um mercado de 500 milhões de pessoas na Europa e mais de 250 milhões de consumidores de língua portuguesa. Portugal tem uma localização privilegiada para aceder a mercados relevantes.” (AICEP, 2016, p. 11) Por conta disso, para o presidente do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas IPDAL, Portugal pode explorar uma potencial centralidade na triangulação das relações comerciais entre Europa, América e África, funcionando como um “hub” entre os territoriais

do velho continente e as economias que apresentaram um relevante nível de crescimento econômico nos últimos anos. (O JORNAL ECONOMICO, 2015) Mais especificamente, ainda segundo o presidente do IPDAL, “*existe uma coincidência entre aquilo que é o know-how português com aquilo que é a necessidade dos países latino-americanos [e africanos]*”. (O JORNAL ECONOMICO, 2015, p.1)

A política de “valorização das potencialidades existentes” dos territórios que compõem a CPLP se concretiza através, entre outras coisas, das estratégias relacionadas com a complementariedade de suas cadeias produtivas: enquanto os países do continente africano disponibilizam seus recursos naturais, Brasil e Portugal servem de fornecedores de *know-how* e produtos manufaturados para aquelas nações.

Essa velha prática, explorar recursos naturais e disponibilizar a “alma civilizatória” do *know-how* e dos produtos manufaturados, ocorre em um contexto caracterizado pela intensificação do processo de globalização e de concentração empresarial.

O próprio Brasil, aqui assumindo o papel de “colonizador”, pode lançar mão de sua própria história para constatar os danos que tal processo exerce sobre o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, enquanto promove o estabelecimento de estruturas produtivas descontínuas, ou seja, um exacerbado nível de assimetria entre os níveis de produtividade dos diferentes setores, resultado do baixo potencial de *spillover* do setor primário no tecido produtivo da economia (Furtado, 2000). A mencionada descontinuidade das estruturas produtivas reforça o perfil importador de “alma civilizatória de *know-how* e de produtos manufaturados” dos países subdesenvolvidos. (Furtado, 2000)

4.1 A facilitação da circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP

Em termos econômicos, um dos papéis do ser humano é aquele de fator de produção. Segundo as diretrizes do *mainstream*, a liberalização dos mercados promoveria uma melhor alocação/utilização de tais fatores. Como mencionado anteriormente, apesar dos avanços apresentados pela CPLP, é bastante questionável a relevância das medidas adotadas para um efetivo incremento da flexibilização da mobilidade dos cidadãos no seu espaço comum.

Alguns dos principais aspectos inerentes à capacidade de produção dos “recursos humanos” estão relacionados com a idade e o nível de instrução dos mencionados recursos: uma maior capacidade de produção é geralmente atribuída à população potencialmente ativa (pessoas entre 15 e 64 anos de idade) e a níveis mais elevados de instrução.

Segundo os dados do Banco Mundial referentes ao ano de 2015, entre os Estados-membros da CPLP, Portugal é o país que apresenta a maior participação das pessoas com mais de 64 anos na população total, cerca de 21%. Ao país europeu também foi atribuída a menor participação da faixa etária de 0 a 14 anos, isto é, 14%. Os dados referentes ao período 1990-2015 revelam que Portugal está enfrentando um acentuado processo de envelhecimento e, conseqüentemente, de redução de sua capacidade produtiva, em termos de recursos humanos. No caso do Brasil, país que concentra cerca de 75% da população total da CPLP, a participação da população com mais de 64 anos naquela total foi de 7,8%, enquanto o percentual referente à faixa de idade de 0 a 14 anos foi de 23%, em 2015. As populações são ainda mais jovens nos países africanos considerados e em Timor-Leste.

A propósito do nível de capacitação dos recursos humanos, como verificado no início deste trabalho, Portugal e Brasil apresentaram os melhores níveis de instrução dos adultos em 2013, além de terem alcançado relevantes incrementos nesse sentido durante o período 2000-2013. Os únicos Estados-membros da CPLP que não conseguiram elevar o número médio de anos de instrução dos adultos foram Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial.

A relevância do nível de capacitação dos recursos humanos assume diferentes proporções dependendo do contexto, no caso da flexibilização da mobilidade dos cidadãos no espaço da CPLP, outros objetivos da comunidade incidem diretamente sobre a mencionada relevância; como, por exemplo, o anseio da CPLP de “*dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais*”. (CPLP, 1996, p.2) Os principais acordos assinados neste sentido estão relacionados com a cooperação entre instituições de ensino superior e os requisitos para a concessão de visto para estudantes nacionais de Estados-membros da CPLP. Enquanto o primeiro visa, entre outras coisas, a promoção do intercâmbio de docentes e pesquisadores, o segundo intenta flexibilizar a mobilidade de estudantes de cursos acadêmicos e técnico-profissionais. Sendo assim notória a relevância dos recursos humanos (altamente) qualificados nas iniciativas direcionadas à promoção da mobilidade dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP.

Contudo, não são homogêneos os posicionamentos dos Estados-membros diante das propostas de flexibilização da mobilidade de pessoas (altamente) qualificadas. Um dos países que apoiam tal proposta é Portugal; essa medida estaria inserida em um cenário no qual “*Portugal é um dos países europeus com*

a taxa mais elevada de pessoas altamente qualificadas que emigraram (11%). Entre 2001 e 2011, a percentagem de cidadãos portugueses com um diploma universitário que saíram do país conheceu um aumento de 87,5% (...) Quase 20% dos emigrantes portugueses altamente qualificadas consideram que o seu período de permanência no estrangeiro terá uma duração de 6 a 10 anos e 43% assumem que irá durar mais de 10 anos. Se não for compensada por fluxos de pessoas com qualificações equivalentes, esta «fuga de cérebros» pode prejudicar a competitividade de Portugal.» (UE, 2016, p.5)

Por outro lado, em países como o Brasil, *“la percepción de que la llamada fuga de cerebros lesiona los intereses del país es tan intensa que orilla a las autoridades públicas brasileñas reaccionar enérgicamente. Explica la búsqueda de acuerdos internacionales con países receptores para impedir el otorgamiento de visas de permanencia (...)”.* (Balbachevsky & Marques, 2009, p. 165)

Assim, uma efetiva flexibilização da mobilidade dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP encontra-se obstada pelas contradições inerentes às características dos próprios Estados-membros e, diferentemente do que acontece em outras áreas de livre-circulação de fatores, ainda não emergiu uma *leadership* ao interno da comunidade capaz de “promover” um real aprofundamento de tal flexibilização.

5. Considerações Finais

Ao se considerar que acordos, convenções e protocolos são eixos materiais que refletem o nível de legitimidade dos processos de integração regional, verificou-se nesse trabalho que a CPLP apresenta um discreto nível de coordenação entre os Estados-membros na geração de ações destinadas à mencionada integração. O reflexo disso é que grande parte dos compromissos assumidos ao interno da comunidade lusófona ainda é realizada de maneira bilateral.

O baixo volume de recursos financeiros destinados à CPLP ao longo dos anos também aponta na direção de uma reduzida legitimidade histórica desse processo de integração, caso comparada com outras iniciativas regionais.

A propósito da significação econômica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, constatou-se que as estratégias de cooperação econômica adotadas pela comunidade podem ser contraproducentes, em termos de modificações estruturais necessárias para um efetivo desenvolvimento das cadeias produtivas locais, caso se limitem à promoção das potencialidades territoriais existentes.

No que se refere à flexibilização da mobilidade dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP, fator importante para o processo de integração econômica, essa encontra-se obstada pelo baixo nível de coordenação dos diferentes, algumas vezes contrastantes, interesses dos países que compõem a comunidade. O mencionado nível de coordenação pode ser considerado uma consequência, e até mesmo uma das causas, da ausência de uma *leadership* ao interno da comunidade capaz de “promover” um real aprofundamento do processo de cooperação socioeconômica.

Bibliografia

- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL AICEP, *Investir em Portugal: Escolha Certa. Momento Certo*. Lisboa, 2016.
- BALBACHEVSKY Elizabeth; MARQUES Fabricio. *Fuga de cérebros em Brasil: los costos públicos del errado entendimiento de una realidad académica*. In: AUPETIT, S.D. *Fuga de cérebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas*. CINVESTAV, Cidade do México, 2009. p. 161-173.
- CABRAL Lídia. *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios*. CINDES, Rio de Janeiro, 2011, p 1-39.
- CANO Wilson, *Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento*. Revista Tempo no Mundo, v.2, no.2, Brasília, 2010.
- _____. *A desindustrialização no Brasil*. IE/UNICAMP, Campinas, 2012.
- CANO Wilson; GONÇALVES Ana Lucia, *Política industrial do governo Lula*. IE/UNICAMP, Campinas, 2010.
- CARNEIRO Ricardo, *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. IE/Unicamp, Campinas, 2002.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA CPLP, *Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Luanda, 1986.
- _____, *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa, 1996.
- _____, *Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Decreto n.º 21/99*. Diário da República, 1999.
- _____, *Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial*. Lisboa, 2004.
- _____, *18 anos CPLP: Os desafios do futuro*, 2014.
- _____, *XXXIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação decorreu em Brasília*. 2016. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4661&M=NewsV2&PID=10872> Última visualização: 23/03/2017.
- FARIAS Flavio B., *O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas*. Cortez, São Paulo, 2001.
- FURTADO Celso, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- HIRSCHMAN Albert O., *The Strategy of Economic Development*. Yale University Press, New Haven and London, 1958.
- INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO DE MACAU IPIM, *Mozambique has natural gas reserves of 20 billion barrels*. 2014. Disponível em: <http://www.ipim.gov.mo/en/portuguese-speaking-countries-news/mozambique-has-natural-gas-reserves-of-20-billion-barrels/> Última visualização: 23/03/2017.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Guia de Negócios Angola*. Brasília, 2014.
- O JORNAL ECONÔMICO, Paulo Neves, *presidente do IPDAL: "Portugal é o país mais central na triangulação América-Europa-África"*. 2015. Disponível em: <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/paulo-neves-presidente-do-ipdal-portugal-e-o-pais-mais-central-na-triangulacao-america-europa-africa-17562> Última visualização: 23/03/2017.
- UNIÃO EUROPEIA, *Monitor da Educação e da Formação de 2016: Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2016.
- WILLIAMSON Jeffrey G., *Trade and poverty : when the Third World fell behind*. MIT press, Cambridge, 2011.
- VIGEVANI Tullo; CEPALUNI Gabriel, *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 2007.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA

Moraes M. L. (2017), *The economic significance of the Community of Portuguese Language Countries*. Pontevedra: IGADI, Tempo Exterior. Nº 34, Vol. XVII (II).

Moraes M. L.; Cardoso, J. C.; Holanda, P. C. (2017), *Curricular structures and territorial socio-economic convergence process: the situation in Brazil since 2008*. Covilhã: 24º Portuguese Association for Regional Development Workshop APDR.

APÊNDICES